

**PARECER**

<b>Conselheiros Relatores:</b> Fernando Zatt Schardosin; Alcione Aparecida de Almeida Alves.
<b>Processo:</b> 23205.005785/2022-20
<b>Assunto:</b> Regulamento para o repasse, utilização e prestação de contas dos recursos financeiros concedidos através de Editais de pesquisa, por meio da assinatura do Termo de Outorga de Auxílio Financeiro aos pesquisadores da UFFS.
<b>Interessado(a):</b> Diretoria de Pesquisa

**I. Histórico**

O processo nº 23205.005785/2022-20 trata do Regulamento para o repasse, utilização e prestação de contas dos recursos financeiros concedidos através de Editais de pesquisa, por meio da assinatura do Termo de Outorga de Auxílio Financeiro aos pesquisadores da UFFS.

É considerado no referido processo que: “(i) a partir do 2018, com a publicação do Decreto nº 9.283/2018, Marco Legal da Ciência e Tecnologia, a Universidade Federal da Fronteira Sul tem publicado editais para repasse de recursos financeiros; (ii) que os pesquisadores contemplados em editais de Pesquisa recebem os recursos por meio de assinatura Termo de Outorga de Auxílio, elaborado com base no Art. 34 do Decreto nº 9.283/2018 de 7 de fevereiro de 2018 e que os seguintes editais foram publicados previamente: EDITAL Nº 1010/GR/UFFS/2018; EDITAL Nº 459/GR/UFFS/2019; EDITAL Nº 270/GR/UFFS/2020; EDITAL Nº 121/GR/UFFS/2021; EDITAL Nº 947/GR/UFFS/2021; EDITAL Nº 89/GR/UFFS/2022; (iii) a elaboração do Termo de Outorga e Auxílio, processo SOLAR nº 23205.003105/2018-57 e processo SIPAC nº 23205.013555/2021-53; (iv) que em 2021, a Procuradoria Jurídica da UFFS emitiu o Parecer nº 00157/2021/PF-UFFS/PFUFFS/PGF/AGU, nos seguintes termos: Conforme se depreende do Decreto nº 9.283, de 2018, [...], a UFFS deverá estabelecer em ato normativo as condições, prazos e responsabilidades que o termo de outorga deverá seguir. A necessidade de normativo interno da UFFS para regulamentar a concessão de termos de outorga (de bolsas, auxílios, bônus tecnológico e subvenção econômica) foi objeto de apontamento em diversas oportunidades por este órgão de consultoria, bem como se trata de exigência legal disposta no art. 34, §1º, do Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro 2018: Art. 34. O termo de outorga é o instrumento jurídico utilizado para

*concessão de bolsas, de auxílios, de bônus tecnológico e de subvenção econômica. § 1º Cada órgão ou entidade estabelecerá em ato normativo as condições, os valores, os prazos e as responsabilidades dos termos de outorga que utilizar, observadas as seguintes disposições: I - a vigência do termo de outorga terá prazo compatível com o objeto da pesquisa; II - os valores serão compatíveis com a complexidade do projeto de pesquisa e com a qualificação dos profissionais; III - os critérios de seleção privilegiarão a escolha dos melhores projetos, segundo os critérios definidos pela concedente; e IV - o processo seletivo assegurará transparência nos critérios de participação e de seleção”.*

*Desta forma, corrobora-se ao entendimento de que se faz “necessário e imprescindível a edição de ato normativo interno que regulamente as condições de concessão dos termos de outorga - de bolsa, de auxílios, de bônus tecnológico e de subvenção econômica -, com estipulação detalhada das responsabilidades, valores, critérios de seleção etc., que se apresenta o Regulamento para o repasse, utilização e prestação de contas dos recursos financeiros concedidos através de Editais de pesquisa da UFFS, por meio da assinatura do Termo de Outorga de Auxílio Financeiro aos pesquisadores da UFFS”.*

## **II. Análise**

Considerando a relevância e a pertinência da matéria, a análise do processo nº 23205.005785/2022-20 fundamentou-se nos documentos apensados a este processo, bem como na consulta de informações realizada junto a servidora da Diretoria de pesquisa em 24 de março de 2022 às 16 h.

### **- RESOLUÇÃO Nº XXX CONSUNI/PPGEC/UFFS/2022**

Do processo nº 23205.005785/2022-20 (p. 6): Art. 1º APROVAR o Regulamento para o repasse, utilização e prestação de contas dos recursos financeiros concedidos através de Editais de pesquisa, por meio da assinatura do Termo de Outorga de Auxílio Financeiro aos pesquisadores da UFFS.

Da proposição da relatoria: Art. 1º APROVAR o Regulamento para o repasse, utilização e prestação de contas dos recursos financeiros concedidos através de Editais de pesquisa

da UFFS, por meio da assinatura do Termo de Outorga de Auxílio Financeiro aos pesquisadores da UFFS.

Da relatoria (p. 7): Art. 2º - Inserção de ponto final ao findar a frase do inciso V.

### **- Capítulo I - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Do processo nº 23205.005785/2022-20 (p. 7): Art. 3º Sujeitam-se Outorgante e Outorgado às normas e condições contidas nas seguintes legislações: Lei nº 93.872/86 (23 de dezembro de 1986), Lei nº 8.112 (11 de dezembro de 1990), lei nº 9.279 (14 de maio de 1996), lei nº 10.973 (02 de dezembro de 2004), lei nº 13.243 (11 de janeiro 2016), lei nº 8.666/93 (21 de junho de 1993), Lei nº 14.133/2021 (1º de abril de 2021), Decreto nº 9.283 (7 de fevereiro de 2018), Regulamento da Pesquisa, Edital de concessão do auxílio e demais legislações aplicáveis.

Da relatoria (p. 7): Art. 3º Sujeitam-se Outorgante e Outorgado às normas e condições contidas nas seguintes legislações: Lei nº 93.872/~~86~~ de (23 de dezembro de 1986), Lei nº 8.112 de (11 de dezembro de 1990), Lei nº 9.279, de (14 de maio de 1996), Lei nº 10.973, de (02 de dezembro de 2004), lei Lei nº 13.243, (de 11 de janeiro 2016), lei Lei nº 8.666, 93 de (21 de junho de 1993), Lei nº 14.133, 2021 de (1º de abril de 2021), Decreto nº 9.283, de (7 de fevereiro de 2018), Regulamento da Pesquisa, Edital de concessão do auxílio e demais legislações aplicáveis.

### **- Capítulo II - DAS CONDIÇÕES E VALORES REFERENTES AUXÍLIO FINANCEIRO AO PESQUISADOR**

Do processo nº 23205.005785/2022-20 (p. 7): Art. 4º São condições para o concessão do auxílio financeiro: I estar em situação de regularidade em atividades de pesquisa, ou seja, não possuir pendências, conforme Regulamento da Pesquisa e, no "Sistema de Administração Financeira - SIAFI" e no "Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN";

Da relatoria (p. 7): Art. 4º São condições para ~~e~~ a concessão do auxílio financeiro: I estar em situação de regularidade em atividades de pesquisa, ou seja, não possuir pendências,

conforme Regulamento da Pesquisa-e, no "Sistema de Administração Financeira - SIAFI" e no "Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN";

Da relatoria (p. 7): Art. 4º - Inserção de ponto final ao findar a frase do inciso II.

## **- Capítulo II - DA EXECUÇÃO E DO PRAZO PARA UTILIZAÇÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO**

Da Relatoria (p. 8): Capítulo III - DA EXECUÇÃO E DO PRAZO PARA UTILIZAÇÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO

Do processo nº 23205.005785/2022-20 (p. 8): Art. 6º O Outorgante poderá solicitar informações sobre a execução e prestação de contas, as quais deverão ser atendidas pelo Outorgado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da data de seu recebimento, sob pena de responder às sanções previstas nesta Resolução.

Da relatoria (p. 8): Art. 6º O Outorgante poderá solicitar informações sobre a execução e prestação de contas, as quais deverão ser atendidas pelo Outorgado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da data ~~de do seu~~ recebimento da solicitação de informações, sob pena de responder às sanções previstas nesta Resolução.

Do processo nº 23205.005785/2022-20 (p. 8): Art. 8º Parágrafo único. A execução e utilização do auxílio financeiro deverá ser realizada somente durante a vigência do Termo.

Da relatoria (p. 8): Art. 8º Parágrafo único. A execução e utilização do auxílio financeiro deverá ser realizada somente durante a vigência do Termo de Outorga.

Do processo nº 23205.005785/2022-20 (p. 9): Art. 11. O Outorgado deve evitar o pagamento em dinheiro (em espécie). Todavia, quando necessário, poderá efetuar saque da conta vinculada para realizar pagamento de despesas de pequeno valor, devendo justificar o motivo do saque, na prestação de contas. É recomendável que se efetue o saque no montante da nota fiscal a pagar e somente quando da realização do efetivo pagamento ao fornecedor.

Da relatoria (p. 9): Art. 11. O Outorgado deve evitar o pagamento em dinheiro (em espécie). Todavia, quando necessário, poderá efetuar saque da conta vinculada para realizar pagamento de despesas de ~~pequeno valor~~pequeno valor, devendo justificar o motivo do saque, na prestação de contas. É recomendável que se efetue o saque no montante da nota fiscal a pagar e somente quando da realização do efetivo pagamento ao fornecedor.

[Parágrafo único: O montante considerado como pequeno valor será indicado em edital específico.](#)

Do processo nº 23205.005785/2022-20 (p. 9): Art. 12 - § 1º Os orçamentos (cotação prévia) poderão ser apresentados em formato online (e-mail ou pdf/imagem ou cópia da página e-commerce), contendo descrição detalhada do item, preço, identificação do fornecedor e data do orçamento.

Da relatoria: Art. 12 - § 1º Os orçamentos (cotação prévia) poderão ser apresentados em formato ~~online-on-line~~ (e-mail ou pdf/imagem ou cópia da página e-commerce), contendo descrição detalhada do item, preço, identificação do fornecedor e data do orçamento.

Da relatoria: Art. 12 - [Inserção de ponto final ao findar a frase do § 2º.](#)

Do processo nº 23205.005785/2022-20 (p. 10): § 1º Aquisições de pequeno valor comercial de bens destinados à pesquisa podem ser realizadas diretamente pelo pesquisador através do Programa Ciência Importa Fácil do CNPq (CIF) (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/importar-bens-cuja-finalidade-seja-pesquisa-cientifica>)

Da relatoria (p. 10): § 1º Aquisições de ~~pequeno valor comercial de~~ bens destinados à pesquisa podem ser realizadas diretamente pelo pesquisador através do Programa Ciência Importa Fácil do CNPq (CIF) (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/importar-bens-cuja-finalidade-seja-pesquisa-cientifica>) ~~condicionado o~~ [Outorgado a consultar a Superintendência de Compras e Licitações \(Setor de Divisão de Importação\).](#) [podendo o outorgado solicitar auxílio para compreensão do processo junto a Superintendência de](#)

[Compras e Licitações \(Setor de Divisão de Importação\) da Pró-Reitoria de Administração e infraestrutura da UFFS](#)

Do processo nº 23205.005785/2022-20 (p. 10): Art 15. Para compras de produtos químicos controlados pela Polícia Federal ou Exército, a nota fiscal poderá ser emitida em nome da Universidade Federal da Fronteira Sul com o CNPJ do Campus de lotação do Outorgado. Os dados do Outorgado (Nome, CPF e Nº de registro do subprojeto) devem constar no campo observações da nota fiscal.

Da relatoria: Art 15. Para compras de produtos químicos controlados pela Polícia Federal ou Exército, a nota fiscal poderá ser emitida em nome da Universidade Federal da Fronteira Sul com o CNPJ do ~~Campus~~ Campus de lotação do Outorgado. Os dados do Outorgado (Nome, CPF e Nº de registro do subprojeto) devem constar no campo observações da nota fiscal.

Do processo nº 23205.005785/2022-20 (p. 10): Art 16. Com exceção dos casos disciplinados no artigo 45, parágrafo 7º, do Decreto 9.283/2018, podem ser emitidas notas fiscais por pessoa física, bem como nota de produtor rural.

Da relatoria: Parágrafo único do Art. 15 se torna § 1º com a inserção do § 2º abaixo.

Da relatoria: ~~Art 16§ 2º. Com exceção dos casos disciplinados no artigo 45, parágrafo 7º, do Decreto 9.283/2018, podem ser emitidas notas fiscais por pessoa física, bem como nota de produtor rural observados os princípios da impessoalidade, da moralidade e da economicidade.~~ Podem ser emitidas notas fiscais por pessoa física, bem como nota de produtor rural observados os princípios constitucionais da Administração Pública, da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Do processo nº 23205.005785/2022-20 (p. 10): Art. 17. Os bens gerados ou adquiridos com recursos via Termo de Outorga de Auxílio deverão ser incorporados, preferencialmente desde sua aquisição, ao patrimônio do Campus da UFFS ao qual o Outorgado estiver vinculado. Os equipamentos e/ou materiais permanentes, incluindo

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CONSELHO UNIVERSITÁRIO**  
**CÂMARA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA**

---

materiais bibliográficos, ficarão sob responsabilidade, manutenção e guarda do Outorgado durante a execução do subprojeto.

Da relatoria: Art. 17. Os bens gerados ou adquiridos com recursos via Termo de Outorga de Auxílio deverão ser incorporados, preferencialmente desde sua aquisição, ao patrimônio do ~~Campus~~ Campus da UFFS ao qual o Outorgado estiver vinculado. Os equipamentos e/ou materiais permanentes, incluindo materiais bibliográficos, ficarão sob responsabilidade, manutenção e guarda do Outorgado ~~durante a execução do subprojeto~~.

§ 1º A responsabilidade sobre os materiais bibliográficos será transferida para a biblioteca do Campus, conforme normativas institucionais vigentes.

§ 2º A responsabilidade sobre os equipamentos e/ou materiais ficará a cargo do docente pesquisador originalmente outorgado, após o encerramento do termo de outorga.

Do processo nº 23205.005785/2022-20 (p. 11): Art. 17 - Parágrafo único. O registro patrimonial deve ser realizado através de processo no sistema SIPAC e o comprovante do registro, emitido pelo setor patrimonial e/ou pelo setor de biblioteca, deverá ser integrado à prestação de contas como condição para sua aprovação.

Da relatoria: Art. 17 - ~~§ 3º Parágrafo único~~. O registro patrimonial deve ser realizado através de processo no sistema SIPAC ou sistema que vier a substituí-lo e o comprovante do registro, emitido pelo setor patrimonial e/ou pelo setor de biblioteca, deverá ser integrado à prestação de contas como condição para sua aprovação.

Do processo nº 23205.005785/2022-20 (p. 11): Art. 19. Parágrafo único. o Outorgado deverá comunicar formalmente o fato à Coordenação Adjunta de Pesquisa e Pós-Graduação do Campus.

Da relatoria: Art. 19. Parágrafo único. o Outorgado deverá comunicar formalmente o fato à Coordenação Adjunta de Pesquisa e Pós-Graduação do ~~Campus~~ Campus.

Do processo nº 23205.005785/2022-20 (p. 13): Art. 23 - § 2º O Outorgado deverá substituir os itens previstos na Planilha Orçamentária quando forem incluídos itens vedados ou de forma equivocada quanto à natureza da despesa (itens de correntes em capital ou vice-versa).

Da relatoria: Art. 23 - § 2º O Outorgado deverá substituir os itens previstos na Planilha Orçamentária quando forem incluídos itens vedados ou de forma equivocada quanto à natureza da despesa (itens de despesas correntes em itens de despesas de capital ou vice-versa).

Do processo nº 23205.005785/2022-20 (p. 12): Art. 25 - II. inscrições relativas a eventos de qualquer natureza;

Da relatoria: Inscrições, viagens, diárias e despesas relativas a eventos de qualquer natureza;

### **- Capítulo III - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Da Relatoria: Capítulo IV - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Do processo nº 23205.005785/2022-20 (p. 13): Art. 26. O Outorgado fica obrigado a realizar prestação de contas no prazo de até 60 (sessenta dias) depois do término da vigência do Termo de Outorga de Auxílio.

**Parágrafo único:** O período de prestação de contas poderá ser prorrogado em até 60 (sessenta) dias. Para isso, o Outorgado deverá encaminhar solicitação formal justificada à Coordenação Adjunta de Pesquisa e Pós-Graduação do Campus, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data do término da vigência do Termo.

Da relatoria: Art. 26. O Outorgado fica obrigado a realizar prestação de contas no prazo de até 60 (sessenta dias) depois do término da vigência do Termo de Outorga de Auxílio.

~~Parágrafo único:~~ Parágrafo único. O período de prestação de contas poderá ser prorrogado em até 60 (sessenta) dias. Para isso, o Outorgado deverá encaminhar solicitação formal justificada à Coordenação Adjunta de Pesquisa e Pós-Graduação do Campus, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data do término da vigência do Termo de Outorga de Auxílio.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CONSELHO UNIVERSITÁRIO**  
**CÂMARA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA**

---

Do processo nº 23205.005785/2022-20 (p. 14): Art. 29 Os recursos não utilizados durante a vigência do Termo de Outorga de Auxílio, incluídos os rendimentos de aplicação, devem ser devolvidos via Guia de Recolhimento da União, atualizados monetariamente.

Da relatoria: Art. 29. Os recursos não utilizados durante a vigência do Termo de Outorga de Auxílio, incluídos os rendimentos de aplicação, ~~deverão~~ ser devolvidos via Guia de Recolhimento da União, ~~atualizados monetariamente~~.

Do processo nº 23205.005785/2022-20 (p. 14): Art. 30. Parágrafo único. O membro do Comitê emitirá parecer através de formulário específico.

Da relatoria: Art. 30. Parágrafo único. O ~~membro do~~ Comitê Assessor de Pesquisa emitirá parecer através de formulário específico.

Do processo nº 23205.005785/2022-20 (p. 14): Art. 34. Constatada a não apresentação de documentos ou a irregularidade na prestação de contas o Outorgado será notificado, para dentro de prazo estabelecido na notificação, adotar as providências indicadas.

Da relatoria: Art. 34. Constatada a não apresentação de documentos ou a irregularidade na prestação de contas o Outorgado será notificado, para dentro de prazo de 30 dias estabelecido na partir da notificação, adotar as providências indicadas.

#### **- Capítulo IV - DAS ALTERAÇÕES DO TERMO DE OUTORGA DE AUXÍLIO**

Da Relatoria: Capítulo ~~IV~~V - DAS ALTERAÇÕES DO TERMO DE OUTORGA DE AUXÍLIO

Da relatoria: Art. 42. Em caso de encerramento do Termo de Outorga em virtude de impedimento legal do coordenador ou afastamento de efetivo exercício sem substituição de coordenação, o coordenador deverá apresentar a prestação de contas e o relatório final antes do início do período de afastamento ou em até 60 dias nos casos de impedimento legal.

#### **- Capítulo V - DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIVULGAÇÃO**

Da relatoria: Capítulo VI - DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIVULGAÇÃO

Do processo nº 23205.005785/2022-20 (p. 16): Art. 42. Aos resultados da execução de projetos, programas e redes de pesquisa, desenvolvimento e inovação financiados com recursos repassados via Termo de Outorga de Auxílio que tenham ou venham a ter valor comercial ou possam levar ao desenvolvimento de um produto, serviço, processo ou método, em matéria de Propriedade Intelectual (PI) serão respeitados os dispositivos contidos em lei específica, Lei de Inovação, nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 e Lei nº 13.243/2016, regulamentadas pelo Decreto nº 9283/2018 e pela RN-034/2014 e de acordo com a Política de Inovação da UFFS.

Da relatoria: Art. 42. Aos resultados da execução de projetos, programas e redes de pesquisa, desenvolvimento e inovação financiados com recursos repassados via Termo de Outorga de Auxílio que tenham ou venham a ter valor comercial ou possam levar ao desenvolvimento de um produto, serviço, processo ou método, em matéria de Propriedade Intelectual (PI) serão respeitados os dispositivos contidos em lei específica, Lei de Inovação, nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 e Lei nº 13.243, ~~de 2016~~ de 11 de janeiro de 2016, regulamentadas pelo Decreto nº 9.283, ~~de 2018~~ de 7 de fevereiro de 2018, e pela RN-034, ~~de 2014~~ de 3 de setembro de 2014 e de acordo com a Política de Inovação da UFFS.

Do processo nº 23205.005785/2022-20 (p. 17): Art. 43. Os direitos de propriedade intelectual são de titularidade da OUTORGANTE.

Da relatoria: Art. 43. Os direitos de propriedade intelectual ~~são de titularidade da OUTORGANTE~~ deverão seguir o preconizado na Política de Inovação da UFFS.

Do processo nº 23205.005785/2022-20 (p. 17): Art. 44. A divisão dos percentuais, bem como as condições para uso, exploração, comercialização e proteção da propriedade intelectual deverão ser estipuladas em instrumento jurídico próprio.

Da relatoria: Art. 44. A divisão dos percentuais, bem como as condições para uso, exploração, comercialização e proteção da propriedade intelectual deverão ~~ser estipuladas em instrumento jurídico próprio~~ seguir o preconizado na Política de Inovação da UFFS.

Do processo nº 23205.005785/2022-20 (p. 17): Art. 46. Os materiais de divulgação de eventos, impressos em geral, publicações e a publicidade relativa aos trabalhos e atividades apoiadas ou financiadas pela Outorgante deverão trazer a logomarca da UFFS em lugar visível, de fácil identificação em escala e tamanho proporcionais à área de leitura, conforme Manual de [Uso da Marca da Identidade Visual da UFFS](#), disponível em seu sítio eletrônico.

Da relatoria: ~~Art. 47-Parágrafo único~~. Em caso de dúvidas, deve-se consultar o Manual de Uso da Marca da UFFS e a Diretoria de Comunicação Social da UFFS.

#### **- Capítulo IV - DAS SANÇÕES**

Da relatoria: Capítulo ~~IV-VII~~ - DAS SANÇÕES

Do processo nº 23205.005785/2022-20 (p. 17): Art. 48. III. Não havendo prestação de contas no prazo estabelecido e considerando as notificações, nem sendo apresentadas justificativas aceitas ou exauridas todas as possibilidades de regularização, a prestação de contas será rejeitada.

Da Relatoria: Art. 48. III. ~~Art. 48. Não-não~~ havendo prestação de contas no prazo estabelecido e considerando as notificações, nem sendo apresentadas justificativas aceitas ou exauridas todas as possibilidades de regularização, a prestação de contas será rejeitada.

#### **- Capítulo V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Da relatoria: Capítulo ~~V-VIII~~- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Do processo nº 23205.005785/2022-20 (p. 18): Art. 51 . Os critérios de seleção serão definidos em edital específico e privilegiarão a escolha dos melhores projetos. Parágrafo único: o processo seletivo, definido em edital, assegurará transparência nos critérios de participação e de seleção dos projetos.

Da relatoria: Art. 51 . Os critérios de seleção serão definidos em edital específico ~~e privilegiarão a escolha dos melhores projetos~~. Parágrafo único: o processo seletivo,

definido em edital, assegurará transparência nos critérios de participação e de seleção dos projetos.

Do processo n° 23205.005785/2022-20 (p. 18): Art. 52. As contas serão consideradas iliquidáveis quando, por motivo de força maior ou caso fortuito, tornar-se materialmente impossível o julgamento de mérito, determinando-se o arquivamento do processo.

Da relatoria: ~~Art. 52. As contas serão consideradas iliquidáveis quando, por motivo de força maior ou caso fortuito, tornar-se materialmente impossível o julgamento de mérito, determinando-se o arquivamento do processo.~~ Entende-se como casos omissos.

Do processo n° 23205.005785/2022-20 (p. 18): Art. 54. O descumprimento das normas desta Resolução poderá acarretar, além das sanções administrativas já descritas, sanções de ordem civil e penal.

Da relatoria: Art. 54. O descumprimento das normas desta Resolução poderá acarretar, além das sanções administrativas ~~já~~ descritas, sanções de ordem civil e penal.

### **III. Voto**

Diante do exposto e considerando os apontamentos supracitados que se fazem necessários, o voto é FAVORÁVEL à aprovação do “Regulamento para o repasse, utilização e prestação de contas dos recursos financeiros concedidos através de Editais de pesquisa da UFFS, por meio da assinatura do Termo de Outorga de Auxílio Financeiro aos pesquisadores da UFFS” objeto do processo n° 23205.005785/2022-20, sem prejuízo de destaques.

Laranjeiras do Sul/PR, 28 de março de 2022.

Fernando Zatt Schardosin  
Alcione Aparecida de Almeida Alves  
Membros CPPGEC/CONSUNI